

MST E A CIDADE:  
COMUNICAÇÃO  
E SOCIALIZAÇÃO  
POLÍTICA  
ENTRE  
TRABALHADORES  
RURAIS E  
URBANOS

[ ARTIGO ]

Pablo Nabarrete Bastos

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este artigo apresenta resultados de tese de doutorado desenvolvida, entre 2010 e 2015, sobre a formação política do MST. O objetivo é compreender como se desenvolve historicamente a relação e articulação política entre o MST e a cidade, entre trabalhadores rurais e urbanos na luta pela hegemonia popular. O que implica compreender a capacidade dialógica do MST, a disposição e intencionalidade pedagógica e comunicativa para as alianças políticas e de classe com o trabalhador urbano e suas instâncias de organização. O foco deste artigo é o nível de luta pela hegemonia da/na comunicação, com base na evolução da comunicação e socialização política entre trabalhadores rurais e urbanos desde a criação das Ligas Camponesas, em 1955, até o VI Congresso Nacional do MST, realizado em 2014. A pesquisa utiliza o método dialético e são aplicadas técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas, com os dirigentes e militantes, e pesquisa documental a partir de edições do Jornal Sem Terra (JST).

**Palavras-chaves:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Formação política. Comunicação política. Hegemonia. Campo e cidade.

This paper presents the results of a doctoral thesis developed between 2010 and 2015 about the political formation of the MST. The goal is to understand how historically develops the relationship and political relationship between the MST and the city, between rural and urban workers in the struggle for popular hegemony. This implies understanding the dialogic capacity of the MST, the provision and educational and communicative intent to political alliances and class with urban workers and their organizing bodies. The focus of this article is the level of struggle for hegemony / communication, based on the evolution of communication and political socialization between rural and urban workers since the creation of the Ligas Campesinas in 1955 until the Sixth National Congress of the MST, held in 2014. The research uses the dialectical method and apply qualitative techniques, semi-structured interviews with leaders and activists, and documentary research from editions of Jornal Sem Terra (JST).

**Keywords:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Political education. Political communication. Hegemony. Country and city.

Este ponencia presenta los resultados de una tesis doctoral desarrollada entre 2010 y 2015 sobre la formación política del MST. El objetivo es entender cómo se desarrolla históricamente la relación y la articulación política entre el MST y la ciudad, entre los trabajadores rurales y urbanos en la lucha por la hegemonía popular. Esto implica la comprensión de la capacidad dialógica del MST, la disposición y la intención educativa y comunicativa a las alianzas políticas y de clase con los trabajadores urbanos y sus entidades organizadoras. El enfoque de este ponencia es el nivel de la lucha por la hegemonía del/en comunicación, en base a la evolución de la comunicación y la socialización política entre los trabajadores rurales y urbanos desde la creación de las Ligas Campesinas en 1955 hasta que el Sexto Congreso Nacional del MST, que tuvo lugar en 2014. La investigación utiliza el método dialéctico y aplica técnicas cualitativas, entrevistas semi-estructuradas, con líderes y activistas, y la investigación documental de las ediciones de Jornal Sem Terra (JST).

**Palabras clave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Formación política. Comunicación política. Hegemonía. Campo y ciudad.

## INTRODUÇÃO

---

**Este artigo apresenta resultados de tese de doutorado desenvolvida, entre 2010 e 2015, sobre a formação política do MST. O objetivo é compreender como se desenvolve historicamente a relação e articulação política entre o MST e a cidade, entre trabalhadores rurais e urbanos na luta pela hegemonia popular, a hegemonia da classe trabalhadora.**

E o que representa esta relação para a formação, a força, a prática e luta política dos Sem Terra<sup>1</sup>. O que implica compreender a capacidade dialógica do MST, a disposição e intencionalidade pedagógica e comunicativa para as alianças políticas e de classe com o trabalhador urbano e suas instâncias de organização.

A pesquisa identifica quatro principais níveis de luta pela hegemonia: hegemonia do/no espaço social, hegemonia da/na comunicação, da/na arte e cultura e hegemonia da/na educação. Hegemonia concebida fundamentalmente a partir do conceito primário formulado por Lênin e desenvolvido posteriormente por Gramsci: de aliança de classe e unidade política-ideológica-moral entre a classe trabalhadora, operários e camponeses, formação política e popular necessária para a construção do socialismo. A formação política pressupõe que as instâncias de organização e luta da classe trabalhadora, seja partido político ou movimento social, sejam inteligíveis e comunicáveis entre si, o que somente o caráter pedagógico e integrador da luta política, a educação universalizante e a

linguagem da contradição, a linguagem da teoria crítica (Debord, 2003, § 204), podem proporcionar.

O foco deste artigo é o nível de luta pela hegemonia da/na comunicação, com base na evolução da comunicação e socialização política entre trabalhadores rurais e urbanos desde a criação das Ligas Camponesas, em 1955, até o VI Congresso Nacional do MST, realizado em 2014.

A pesquisa utiliza o método dialético e são aplicadas técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas, com os dirigentes e militantes, e também foi realizada pesquisa documental. A pesquisa documental a partir de edições históricas do JST tem como propósito compreender os principais momentos da comunicação e socialização política com o ambiente urbano, com foco nos Congressos Nacionais do MST. Pesquisamos também edições do Jornal Terra Livre e Liga, para podermos compreender as características das primeiras organizações dos trabalhadores rurais no Brasil e suas relações com o trabalhador urbano. A análise dos editoriais do JST, fundamentalmente nos períodos históricos dos Congressos Nacionais do MST, permite conhecer a análise que o Movimento realiza sobre a conjuntura econômica e política e seus impactos sobre as políticas, relações e articulações de classe entre o MST e a cidade.

Com o avanço da pesquisa e conhecimento sobre o tema, a composição do corpus teórico, em diálogo com o objeto de pesquisa, passou a se erigir em torno de três eixos de análise: o viés dialético materialista aliado à tendência crítica dos estudos culturais, a perspectiva materialista sobre a produção do espaço social e os estudos de comunicação sobre o MST. ■

---

[1] Sem Terra em maiúsculo, nome próprio, refere-se aos militantes do MST, enquanto sem-terra é designação genérica do trabalhador rural desprovido de terra, conforme autores que são referência para esta tese (Caldart, 2004; Fernandes, 1999).

## 2. HEGEMONIA DA/ NA COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

---

**O nível da comunicação, na luta do MST pela hegemonia, é estratégico. A comunicação atua na tradução e implementação das linhas políticas do Movimento para a base e a sociedade.**

Conforme a conjuntura econômica, política e social, o momento histórico das relações e luta de classes no campo e na cidade, a comunicação se desenvolve estrategicamente para organizar e educar politicamente a luta, o Movimento, a base, assentamentos, acampamentos, escolas e o conjunto das relações do MST. Mantém-se na luta do MST pela hegemonia os objetivos que erigiram o Movimento: a luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais que levam a construção do socialismo.

O MST se comunica de formas e meios variados: por seus símbolos, mística, arte, luta e também por seus meios de comunicação, presentes nos diversos espaços e instâncias de atuação do Movimento. No entanto, não temos dúvida de que o referente central para a comunicação e a construção da hegemonia dos trabalhadores, da hegemonia popular, é a luta e a socialização política. O MST reconhece que, mesmo sendo referência no trabalho com a comunicação, a estrutura ainda é precária para ter o alcance necessário na luta contra a hegemonia do bloco de poder e na luta para a construção da hegemonia popular. A comunicação do MST não possui capilaridade e alcance de massa para reagir às ofensivas da mídia burguesa e do agronegócio. A comunicação não é um bem de primeira necessidade para a base do MST,

portanto a comunicação se desenvolve em espaços mais desenvolvidos socialmente e maduros politicamente, mesmo com iniciativas de comunicação e o incentivo desde os primórdios do Movimento para a produção de jornais murais, rádios etc. Em pesquisa no assentamento Itapuí-RS, Oliveira e Cogo (2011, p. 10) fazem importante constatação, oriunda de pesquisa etnográfica com assentados e suas famílias: as mídias do MST, jornais e revistas, participam pouco da constituição da identificação dos assentados com o Movimento. Embora a pesquisa seja localizada territorialmente, mostra-nos que mídias nacionais do Movimento, como o JST, conquanto sejam consideradas estratégicas para a organização nacional da luta e da identidade Sem Terra possuem limitações para cumprir seus objetivos.

Na história recente, dois casos tiveram grande repercussão na sociedade e na base do MST: a ocupação da fazenda grilada pela Cutrale, em 2009, na região de Iaras-SP, e a ação de mulheres da Via Campesina nas instalações da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, a 56 km de Porto Alegre, em 2006. Esses dois fatos são recorrentemente lembrados em entrevistas com dirigentes do MST, palestras, aulas e encontros sobre pedagogia, comunicação e cultura. O caso da ocupação da fazenda grilada pela Cutrale foi certamente acompanhado com tenacidade por muitas famílias brasileiras: o close-up da câmera nos pés sendo arrancados do chão, derrubados com ímpeto. Ironicamente, arditosamente, pelas lentes da câmera, pelos olhos dos produtores, pela tela da televisão e pelos olhos da maioria dos telespectadores: os pés de laranja sujos de barro despertavam sensibilidade e compaixão, enquanto os pés sujos de barro dos trabalhadores, trabalhadoras, jovens e crianças do MST despertavam, mais uma vez, a ira. O acontecimento foi intensamente repercutido em diferentes meios de comunicação, de massa e digitais.

Na mídia burguesa, não foi dito que se tratava de ocupação, portanto uma ação legal e não uma invasão, à fazenda de 2.400 hectares de monocultura de laranja, destinada, em grande parte, para exportação, em terras pertencentes à União. Por isso o valor estratégico da comunicação na formação política e ideológica do MST, juntamente com movimentos sociais parceiros e aliados.

Nesses dois casos, as ações do MST foram questionadas pela própria base. João Paulo Rodrigues<sup>2</sup> comentou o assunto e a dificuldade para equilibrar a luta na dimensão comunicativa:

Uma fazenda pública, pertencente à União, que pertence aos sem terra, que a Fazenda ocupou, grilou, invadiu indevidamente. A esquerda que tem formação política, obviamente pensou: os Sem Terra têm razão. Quem não participa desse meio e não tem uma formação diz: olha eu tô do lado do pé de laranja do que do Sem Terra. Por que? Porque a Globo mostrou a laranja chorando, caindo... Volto à comunicação: A literatura, a formação política e ideológica permite nos enxergar no outro quando faz a luta, portanto é um elemento importante para os nossos militantes. Além de ter uma política de alianças, ter luta e formação política nos vários níveis é importante ter instrumentos que comunica, coisa que nós não tivemos naquele momento para contrapor a Rede Globo e dizer: "olha, aqueles pés de laranja não era deles, é público". Foram 60 pés e sobrou oito milhões lá, que é público, foi grilado. Nessa parte, volto a dizer, há uma precariedade muito grande no nosso campo. Nós temos os nossos jornais, temos página na internet, mas não dá conta de fazer a comunicação de massa que precisava. É uma comunicação voltada para os militantes ou para a nossa base, é muito frágil.

Há vasta produção científica sobre a comunicação do MST e relação do MST com a mídia. A partir do mapeamento desenvolvido por Oliveira e Cogo (OLIVEIRA e COGO, 2011) de pesquisas sobre o MST na área de comunicação e da pesquisa bibliográfica que desenvolvemos sobre o tema, foi possível perceber a existência de dois grandes eixos de perspectivas nos modos de pensar a comunicação no MST. O primeiro centra-se na análise da relação do MST com a mídia comercial. Um dos pioneiros trabalhos sob essa perspectiva foi desenvolvido por Baccega e Citelli (1989), em que os autores desenvolvem reflexão sobre a linguagem construída pelos jornais dos meios de comunicação de massa para se referir às ações do MST. Há prolífica reflexão acerca da utilização dos termos invasão e ocupação. "Assim os lexemas invadir e ocupar serão utilizados como expedientes retóricos asseguradores de visões de mundo e concepções organizadas da sociedade" (BACCEGA e CITELLI, 1989). Mais recentemente, pesquisas mostram, além do confronto ideológico entre mídia comercial e MST, a evolução da percepção do Movimento acerca da importância estratégica da mídia comercial, fazendo com que o Movimento pense em formas e ações para pautar a mídia (BERGER, 1996; PAIERO, 2009). Desse modo, Berger sugere que "por isso, o MST precisa 'reinventar' sua luta. Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser" (BERGER, 1996, p. 54).

Outro eixo de análise nas pesquisas de comunicação sobre o MST tem como foco a visão estratégica de comunicação expressa no desenvolvimento de suas próprias mídias como meio de autorrepresentação no confronto ideológico e disputa simbólica com a mídia comercial (BARRETO e

---

[2] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

NUNES, 2011; NUNES, MENEZES e CARVALHO, 2009). Essas pesquisas apontam a criminalização do MST por parte da grande mídia, o que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento estratégico de suas próprias mídias. Assim, a partir de sua própria construção midiática, “o MST se auto-projeta através de sua capacidade de mobilização e de sua organização interna, conclamando a todos os povos da América Latina a trilharem o mesmo caminho rumo à resolução de seus problemas” (NUNES, MENEZES e CARVALHO, 2009, p. 11).

Oliveira e Cogo (2011) desenvolveram pesquisa no assentamento de Itapuí-RS a partir do método etnográfico, na qual percebem como as experiências com o MST são mantidas e (re) atualizadas, a partir de relatos dos assentados e da observação sistemática do cotidiano do assentamento. As autoras mostram que os processos e projetos comunicacionais do MST apresentam especificidades nas três instâncias que interligam e compõem o MST: movimento, acampamento e assentamento. Então, quando pesquisas sugerem que há mudanças no modo de ver a comunicação no MST, de um caráter instrumental para um caráter estratégico, as autoras ponderam que essa é uma realidade das políticas comunicacionais do movimento e não uma prática nos assentamentos. Oliveira (2012) também discute a relevância da etnografia como método em pesquisas com comunicação popular e mostra como algumas produções simbólicas compõem a identidade Sem Terra de maneira diferenciada em determinadas localidades. A autora mostra a importância do filme “Terra para Rose” para a memória e narrativa dos assentados de Itapuí-RS.

Pesquisas recentes têm demonstrado o papel do JST na formação e organização do MST. Joana Cunha (2013), que é militante do MST, estudou, classificou e sistematizou a consolidação do JST em quatro fases e 43 edições, de 1981 a 1985, em Dissertação de Mestrado. A autora pesquisou desde a primeira edição do jornal, ainda como “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, até a edição de março/maio de 1985, de número 42, quando a sede do JST é transferida para São Paulo. Alexandre Barbosa (2013) analisou, em Tese de Doutorado, reportagens de capa, seções, editoriais e textos das 316 edições do Jornal Sem Terra, publicadas de 1981 até 2011. O autor fez uma divisão histórica dos principais estágios do movimento com relação às estratégias de comunicação desenvolvidas nesses momentos históricos. Mostra a comunicação na organização e formação da militância. Ambos os autores utilizam o conceito de Lenin do jornal como organizador coletivo. Barbosa (2013) destaca a presença da mística, da cultura popular camponesa, para organizar e motivar os camponeses para a luta.

A formação da hegemonia da classe trabalhadora está diretamente ligada à construção da aliança política entre os trabalhadores do campo e da cidade, à superação dialética da divisão econômica, política e social desses espaços. Desde a primeira edição do “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, em maio de 1981, a comunicação no MST se desenvolve conforme a necessidade e característica da luta dos trabalhadores rurais, de acordo com o contexto histórico, político e de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Naquele momento, a comunicação expressava a vontade política de lutar contra a modernização conservadora e superar o isolamento camponês, tanto por suas condições produtivas como pelo isolamento perpetrado pela ditadura

militar, os governos estadual e federal, contra o acampamento da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS). A Encruzilhada Natalino se tornou símbolo da luta dos Sem Terra pela luta e pela vitória conquistada. O acampamento da Encruzilhada ficava próximo ao encontro das estradas que levavam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. O acampamento foi assim nomeado porque Natálio era o nome do proprietário de um comércio local e também do primeiro colono acampado (FERNANDES, 2000, p. 55). O “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra” tinha a função primordial de informar os colaboradores da Campanha e as entidades representativas – sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base – e a opinião pública em geral através dos meios de comunicação – jornal, rádio e televisão. Era objetivo também ampliar a campanha em todo o país (BOLETIM SEM TERRA, no 1, p. 2). O Boletim era assinado pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pela CPT-RS. Com a consolidação do MST, o público alvo do JST passa a ser a base do Movimento.

Importante esclarecer que, entre todos os meios de comunicação desenvolvidos pelo MST, nenhum deles possui como objetivo principal se comunicar com a classe trabalhadora urbana. Quando a comunicação é externa ao MST, o público é a sociedade em geral, público universitário, pesquisadores e a juventude de classe média, em suma, formadores de opinião que sejam possíveis aliados e defensores da causa do Movimento. Os meios de comunicação do MST, embora tragam análises de conjuntura e matérias que demonstrem a solidariedade e envolvimento do MST com as causas da classe trabalhadora urbana, esta nunca foi o público principal das publicações do Movimento. O público principal da

comunicação do MST é o próprio MST. O Jornal Brasil de Fato, do qual o MST é protagonista, tem o objetivo de analisar os fatos e informar a população com uma perspectiva popular. Surgido em 2003, pretende articular as esquerdas, mas apresenta algumas dificuldades financeiras e não obteve ainda o sucesso almejado (BARBOSA, 2013, p. 12). 150 mil exemplares são distribuídos gratuitamente em locais públicos das capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Igor Felipe, que é do Setor de Comunicação do MST, esteve à frente do projeto para criação do Jornal Brasil de Fato em formato tablóide, em 2013. Ele explica que a linguagem e estética do jornal envolvem estratégia para incutir na população uma perspectiva popular. É um jornal de esquerda, mas apresenta assuntos comuns do cotidiano de qualquer jornal, como esportes e horóscopo. Entretanto, Igor Felipe<sup>3</sup> ressalta que é um projeto que possui estrutura independente do MST.

O jornal Brasil de Fato tem uma estrutura separada da estrutura do Movimento. Tem sua equipe própria, dinâmica própria, porque são tarefas específicas. Tem finanças próprias. O Brasil de Fato é um jornal mais amplo. Ele surge em 2003 como um jornal que pretendia ser o porta-voz de um conjunto de organizações, entidades de forças sociais de um projeto político em transformação no país. Era uma iniciativa que o Movimento sempre estimulou, fomentou e alimentou. Mas nunca foi uma iniciativa apenas do MST. O Movimento sempre foi muito cuidadoso no sentido de deixar claro que são duas coisas diferentes. Até para estimular que outras entidades e movimentos também se envolvessem no projeto de construção desse instrumento da

---

[3] A entrevista nos foi concedida na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, dia 29/07/2014.

mídia alternativa. Como militante do setor de Comunicação, sempre contribuimos com o jornal, enviando material das atividades realizadas pelo MST, atividades conjuntas que o Movimento realizava com outros movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis. E no último período a gente teve iniciativa de lançar esse novo instrumento que é essa versão tabloide do Jornal Brasil de Fato. O jornal Brasil de Fato se consolidou nos últimos onze anos como um jornal voltado para a militância social e para formadores de opinião. A partir da leitura que, na atual conjuntura, é necessário estimular a politização da sociedade, especialmente dos trabalhadores.

As articulações políticas com outros movimentos sociais e a classe trabalhadora urbana se desenvolvem prioritariamente por meio de intercâmbios do MST, debates, lutas conjuntas e encontros políticos. Vamos apresentar brevemente os principais meios de comunicação desenvolvidos pelo MST, suas características e públicos alvo. Em seguida, os principais momentos históricos da comunicação com a cidade, a partir de entrevistas com dirigentes e análises de edições do JST, com foco nos anos dos Congressos Nacionais do MST. A ênfase recai no período histórico entre 1995 e 2014.

O JST tem como público principal a base do Movimento. Sua função é informar e reformar os trabalhadores rurais para assim cumprir seu grande objetivo: fortalecer a organicidade interna do MST. Quanto à informação, também tem como objetivo informar a sociedade acerca das lutas, avanços e conquistas dos trabalhadores rurais e informar os Sem Terra sobre os acontecimentos do país com a perspectiva e análises do

Movimento. Algumas funções específicas do JST são: ser a propaganda ideológica do MST, a voz do Movimento; organizar e orientar o MST nos 24 Estados em que atua e luta; **ser um instrumento de união da classe trabalhadora**, ao informar sobre as lutas de toda a classe trabalhadora; ser um instrumento para a prática de estudo; alimentar a mística do MST; e, por fim, acompanhar e registrar a história do Movimento, do Brasil e da classe trabalhadora. O MST descreve o público do JST na seguinte ordem: “nossa militância; setores de apoio e entidades amigas - Igreja, sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, universidades, artistas - e Sociedade (MST, 2010, p. 11). Podemos perceber que há intenção do MST em se comunicar e criar unidade com a classe trabalhadora, mas é objetivo secundário da publicação, até pelas condições materiais de circulação e distribuição do jornal, atualmente com tiragem de 10.000 exemplares mensais. Junto ao JST é encartado o Jornal Sem Terrinha, cujo projeto surgiu em 2007 após o Seminário Nacional “Qual o lugar da infância no MST?”.

A segunda metade da década de 1990 constitui o momento histórico de amadurecimento, fortalecimento, profissionalização e expansão do Setor de Comunicação, com o surgimento de novos veículos, com a função de dialogar com a sociedade, o crescimento e valorização do trabalho de assessoria de imprensa. Até a primeira metade da década de 1990, a comunicação se desenvolvia de forma mais localizada, com rádios comunitárias, rádio poste, em acampamentos e assentamentos, e o JST, com a função de organizar o MST em âmbito nacional. Há um conjunto de fatores que erigem esse processo de mudanças na comunicação. Destacamos como início desse processo de fortalecimento da comunicação, o terceiro Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, que contou com a palavra de ordem “Reforma Agrária uma luta de



todos”, que deixa claro à sociedade e ao MST que a luta pela Reforma Agrária se realiza e precisa da cidade. Depois, os massacres de Corumbiara, em 1995, e principalmente, de Eldorado dos Carajás, em 1996, que projetaram a luta do MST e a solidariedade nacional e internacional. A projeção nacional e popularidade do MST se confirmam na Marcha de 1997, quando 100.000 pessoas ocuparam Brasília. Muitos jovens estudantes urbanos conheceram e se aproximaram do MST nesse momento. Alguns militam no MST até hoje, como o jornalista Igor Felipe<sup>4</sup>, do Setor de Comunicação. O MST se torna referência nas lutas de esquerda, passa a haver cobrança, responsabilidade da sociedade e visibilidade cada vez maior nos meios de comunicação de massa. Concomitantemente a essa projeção nacional da luta, o MST também se torna o alvo preferencial do governo federal e da mídia burguesa, que passam a reunir esforços para criminalizar e desqualificar a luta do Movimento. Uma das medidas necessárias que se mostram necessárias do MST é profissionalizar o Setor de Comunicação e a assessoria de imprensa. O MST passa a formar seus comunicadores nas suas escolas e em parceria com universidades. Com o diálogo do MST e professores universitários, alguns estudantes de jornalismo também passam a trabalhar e militar no MST. Professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, próximos ao MST, como Hamilton de Souza e José Arbex Júnior, encaminharam diversos estudantes ao Setor de Comunicação do MST. No final de 2013, 45 militantes do MST e do MAB se formaram em Jornalismo da Terra

pela Universidade Federal do Ceará.

Nesse processo de maior enfrentamento do governo federal e da mídia, o MST cria a Revista Sem Terra, em julho de 1997, para dialogar com a sociedade, prioritariamente o setor universitário, setores formadores de opinião e simpatizantes da luta pela Reforma Agrária no Brasil e no exterior. A Revista Sem Terra surgiu para aprofundar temas em destaque na sociedade e que foram colocados ao MST, como as privatizações, o neoliberalismo, a política nacional e internacional, mas principalmente a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. No início, a Revista tinha 36 páginas, capa colorida, periodicidade trimestral e tiragem média de 10 mil exemplares. A Revista Sem Terra deixou de ser produzida com periodicidade. Atualmente é disponibilizada na internet em caráter especial. Recentemente, foi produzida uma Revista Sem Terra sobre o tema Produção e, no final de 2014, organizaram uma edição sobre Educação, dois temas centrais para a luta do MST. A Revista Sem Terra mantém a função de cumprir “papel propagandístico” do pensamento do MST em relação à reforma agrária no meio universitário junto a jovens urbanos, principalmente no eixo São Paulo e Rio de Janeiro. O MST acredita que essa rede de amigos nas cidades cria a retaguarda necessária em momentos de maior enfrentamento da luta de classes (MST, 2004).

A página na internet também surge em 1997, para se comunicar com a base do MST, outros movimentos sociais, os pesquisadores e a sociedade. Não tem a função de ser um meio de articulação e socialização política com a classe trabalhadora, e sim porta voz do Movimento. A partir de 2003, a página ganha agilidade e passa a ter atualização

---

[4] A entrevista nos foi concedida na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, dia 29/07/2014.

diária. Durante a Marcha de Goiânia a Brasília, em 2005, a página cumpriu importante papel ao comunicar a travessia e atualizar diariamente a militância com notícias, fotos e programas de rádios. Em 2006, a página passa pela primeira reforma operacional, saindo do sistema dreamweaver, considerado lento, pesado e de difícil atualização, para o sistema PHP, mais simples e ágil. Em 2009, adotam o sistema Drupal, além de mudanças no layout da página. Recentemente, no segundo semestre de 2014, com o apoio de uma empresa especializada e simpática à causa do MST, fizeram mais uma reforma na página. Essa última reforma teve como principal proposta, além da mudança visual e do sistema operacional, proporcionar um ambiente virtual mais dinâmico e interativo, com software aberto, que proporciona a colaboração interativa no desenvolvimento da plataforma, atualização de imagens, textos etc. A ideia é que se aproxime mais também das redes sociais do MST, como as páginas do twitter, facebook e youtube. Esse é um desafio na comunicação do MST, que faz a autocrítica de que a comunicação na esquerda se construiu de forma muito impositiva.

Temos ressalvas a fazer com relação a essa afirmação porque há exemplos históricos de participação popular na arte e imprensa comunistas. Celso Frederico (2010, pp. 38-39) aponta três aspectos resultantes da colaboração operária no desenvolvimento da imprensa e da arte comunista na Rússia do início do século XX, que influenciou a produção de artistas alemães, como Erwin Piscator e Brecht: os operários deixavam de ser meros leitores para serem produtores de conteúdo, subvertendo a lógica

produção-consumo; a imprensa tornava-se um órgão de comunicação e não apenas de transmissão de informação e o fato dos operários tomarem a palavra fez com que muitos intelectuais vissem o nascimento de uma nova cultura em contraposição à cultura burguesa.

A análise que fazemos da dificuldade do MST em avançar na luta comunicacional e política da internet, principalmente com as redes sociais, não se deve à tradição histórica de comunicação da esquerda, mas às contradições do desenvolvimento da rede como meio de comunicação. À primeira vista, a internet e as redes sociais constituiriam meios bastante apropriados para o estabelecimento da comunicação e alianças políticas entre o campo e a cidade, mas não é o que se verifica concretamente. Assim como ocorreu com o desenvolvimento do rádio como meio de comunicação, o potencial interativo e revolucionário da internet se choca com as relações de produção. Relações de produção, com seu aspecto jurídico, as relações de propriedade, que limitam o potencial tecnológico da internet para ser mais uma peça da engrenagem do capital. Embora conecte as pessoas, o modo de uso e compartilhamento de informações privilegia o indivíduo mediado por sua tela e aparelho de conexão: celular, tablet ou computador. É uma forma de comunicação atomizada, caracterizada pela cacofonia e polifonia. Os próprios algoritmos da internet e redes sociais induzem a isso: nas navegações sempre aparecem temas e assuntos que interessam ao usuário. Assim, grosso modo, um ruralista ou um jovem reacionário não vão ficar sabendo da última postagem do MST relatando o sucesso de produção em um assentamento. Claro que temos exemplos de uso político com ciberativistas, hackerativistas, movimentos juvenis, entre outros, porém a lógica descentralizada desses processos tende a se chocar com o centralismo democrático característico das organizações políticas que se formaram

no século XX: partidos, sindicatos e movimentos sociais. O ciberativismo pode tanto ser uma ferramenta para a organização e ação coletiva como uma vitrine de vaidades, um espaço para a exacerbação do individualismo irresponsável (FREDERICO, 2013, p. 249). A comunicação de fato interativa encontra sua forma mais concreta na luta política, no reconhecimento de uma classe lutando contra outra classe. Mas também encontram espaço na arte, na comunicação e na cultura que privilegiam a pedagogia da luta. As peças didáticas de Brecht refletiam a preocupação pedagógica e militante na busca de comunicação interativa. A comunicação, no sentido estrito do termo, possui dimensão política e pedagógica inalienável, com potencial para se contrapor à lógica produção-consumo de informação da mídia burguesa. João Paulo Rodrigues<sup>5</sup> faz crítica contundente ao uso das redes sociais pela militância.

E mesmo a tal da internet, das redes sociais, que eles diz que é redemocratização, mas metade é da Globo e metade é do Estadão, nós só as redes. Nós não damos conta de fazer a comunicação política. E cá entre nós, a rede social, inclusive nas esquerdas, se transformou mais em uma página Caras eu me amo, olha como eu sou lindo, do que um instrumento que poderia se comunicar com a sociedade. Há uma limitação pra usar essas rede para além do “eu me amo, olha como eu sou lindo”. Ou seja, a política, no sentido de você comunicar conteúdo que te permita fazer enfrentamento. Então hoje é muito restrito a um setor muito pequeno das esquerdas e nós não conseguimos usar a internet como comunicação. Pra nós é uma grande dificuldade hoje.

A comunicação interativa se mostra muito mais presente na sociabilidade política, nos encontros, intercâmbios e lutas conjuntas, do que mediada pelos meios de comunicação, inclusive a internet. Joaquin Pinheiro<sup>6</sup> afirma que desde sua criação, o MST teve a preocupação de construir relação com movimentos sociais de outros países, principalmente com aqueles ligados às questões da terra. Na década de 1980, havia na conjuntura latino-americana, uma situação de grande efervescência política, sobretudo na América Central, com os Sandinistas e a Revolução Sandinista na Nicarágua, em El Salvador, Guatemala. E houve um intercâmbio intenso entre militantes de países da América Latina e no Brasil para troca de conhecimentos e fortalecimento de suas ações. Muitos militantes desses movimentos latinos vieram ajudar a compor o MST no Brasil e também militantes do MST foram a esses países conhecer diversos setores de organização da classe trabalhadora. Atualmente, a Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>7</sup> (ENFF), localizada no bairro de Parateí, município de Guararema, Estado de São Paulo, constitui espaço estratégico para o intercâmbio, a formação e articulação política entre os movimentos sociais do Brasil e da América Latina. Quando perguntamos à Simone<sup>8</sup>, da Coordenação Político-Pedagógica (CPP) da ENFF, se a comunicação com outros movimentos sociais era feita pela internet,

[5] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

[6] Coletamos informações com Joaquin Pinheiro, coordenador nacional do coletivo de relações internacionais do MST, em seminário promovido pelo Jornal Brasil de fato junto ao Departamento de Jornalismo da PUC-SP, “Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação”, no dia 26/11/2011.

[7] Durante um ano, entre abril de 2013 e abril de 2014, realizamos pesquisa antropológica na ENFF. Em aproximadamente 10 visitas à ENFF, pudemos entrevistar militantes do MST, de movimentos camponeses da América Latina, de movimentos urbanos, e também participamos de cursos de formação.

[8] A entrevista nos foi concedida no dia 03/04/2014, na ENFF.

ela respondeu que não, que era feita pelos intercâmbios, pelos encontros políticos presenciais, em fóruns e conferências, que assim era muito melhor para conversar. A coordenadora comenta também a ampliação das alianças com movimentos populares da cidade.

O contato se dá muito através dos intercâmbios que a gente faz. Às vezes você vai em um país participar de uma atividade, lá encontra várias organizações porque a gente parte do princípio das organizações do campo, mas depois isso vai se ampliando. Com a união política da aliança do campo e da cidade, o movimento foi elevando o nível da sua consciência política e coletiva para entender que se é da organização social da classe trabalhadora então vale a pena estarmos articulados. Isso se dá muito a partir das participações nos fóruns, nas conferências nacionais. Às vezes sabem que o movimento tem uma experiência interessante na educação, então fazem contato. Assim como nós também fazemos outras buscas, como que o México se organiza nas questões das cooperativas, como Cuba se organiza nas questões dos agricultais. Ou seja, essas diversas experiências mais populares que vão construindo essa outra rede que atinge essa necessidade da formação política.

Como podemos perceber, as alianças, a comunicação e socialização política entre o MST e outros movimentos sociais se desenvolve principalmente nas articulações e lutas políticas comuns. Podemos dividir historicamente as alianças políticas do MST com a cidade em três momentos: do surgimento do MST até 1995, quando as alianças se concentram na solidariedade à luta do Movimento pela Igreja, o PT e a CUT; de 1996 a 2002, momento histórico de maior avanço

político das alianças entre MST e a classe trabalhadora urbana; e de 2003 pra cá, quando há contínuo enfraquecimento entre as alianças políticas do MST com a cidade e entre as forças de esquerda de um modo geral. Para expor esses momentos, baseamo-nos em edições do JST, com foco nas datas dos Congressos Nacionais. A ênfase recai no período entre 1995 e 1999, quando se intensificam as articulações entre campo e cidade. ■

### 3. MST E A CIDADE: COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS CAMPONESAS ATÉ 1995

---

**As alianças entre movimentos camponeses e a classe operária se iniciam, no Brasil, com as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). O MST se considera herdeiro histórico e ideológico das Ligas Camponesas, que surgem em 1955.** A principal diferença política entre as Ligas Camponesas e a Ultab é que as Ligas defendiam a proposta de revolução socialista, tendo o campesinato como principal força, enquanto que a Ultab, organização criada em 1954 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), defendia a reforma agrária como etapa para a revolução democrática e anti-imperialista em aliança com a burguesia nacional. Essa diferença política faz o MST se considerar herdeiro das Ligas Camponesas, da defesa de uma proposta de revolução camponesa, de reforma agrária radical. Tanto as Ligas como a Ultab defendiam a aliança entre campo e cidade, porém a proposta das Ligas encampava o protagonismo do movimento popular.

Um dos instrumentos criados pelo PCB para a organização rural foi o jornal

*Terra Livre*, que começou a circular em 1949 e se estendeu até 31 de março de 1964, quando teve que ser fechado devido ao golpe da ditadura militar. O jornal *Terra Livre* tinha a função de fazer chegar aos trabalhadores rurais as mensagens e propaganda do PCB, sua visão de reforma agrária e organização dos trabalhadores rurais, com uma linguagem mais simples, acessível e didática (CUNHA, 2013, p. 63). As Ligas também possuíam o seu jornal, denominado *Liga*, que circulou entre outubro de 1962 e abril de 1964. Na apresentação do jornal *Liga*, em editorial escrito por Francisco Julião, seu diretor durante todo o período, flagra-se a percepção das Ligas acerca da importância estratégica da aliança campo-cidade para a revolução socialista.

Agora já não é, apenas, Liga Camponesa. A ponte se constrói, a aliança se estreita, entre a cidade e o campo. É a hora da Aliança Operário-Camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população. É hora da LIGA. (...) Dedicado a levar ao poder o Povo, com a classe operária à frente, pelo seu alto nível de consciência política... (LIGA, outubro de 1962, citado por CUNHA, 2013, p. 67).

Embora os registros históricos apontem o projeto das Ligas em liderar o processo revolucionário a partir da força camponesa, na passagem acima Francisco Julião expressa como estratégia revolucionária a aliança operário-camponesa com a supremacia da classe operária, conforme defendia Lênin no processo revolucionário russo. Em outras passagens de Francisco Julião, podemos identificar a visão de que a revolução pode partir do campo, como no discurso que fez no I Congresso

de Trabalhadores Rurais do Paraná, em 1960.

Que não se passe mais um dia sem que alguma coisa se faça em favor da Reforma Agrária. **A China Continental provou que se pode fazer uma revolução partindo do campo para a cidade.** O mesmo se deu em Cuba – onde vi o camponês mais feliz da América, onde vi o camponês com uma enxada na mão, para garantir o pão, e o fuzil na outra mão, para defender a terra. (...) O camponês é a marmita, é a mochila do operário, seu irmão, seu amigo e seu aliado incondicional. O primeiro objetivo é a terra (TERRA LIVRE, setembro de 1960, grifo nosso).

As Ligas permanecem como imagem de radicalidade da luta camponesa e exemplo de organização. Na apresentação da Biblioteca Gregório Bezerra, acervo digital com as principais publicações do MST e também dos jornais *Terra Livre*, João Pedro Stédile também coloca o MST como herdeiro das Ultabs. Em diversas matérias do *Terra Livre*, podemos constatar menções e propostas políticas de alianças entre camponeses e operários. José de Souza Martins (1990, p. 92) menciona as contradições internas das Ligas Camponesas e afirma que, nesses primeiros tenos anos da década de 1960, a revolução camponesa não chegou a ser definida como projeto. E nenhuma organização de amplitude nacional chegou a formular um projeto de revolução camponesa com contornos precisos.

Com o golpe militar em 1964, inaugura-se um novo capítulo nas lutas camponesas e de esquerda no Brasil. O pressuposto da revolução camponesa serviu como justificativa para a repressão violenta do Estado sobre os trabalhadores

do campo, Ligas Camponesas, lideranças sindicais, partidos e grupos políticos. Entre os anos 1960 e 1970, a Igreja, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgem no início dos anos 1960, depois com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, proporcionou espaços sociais nos quais os trabalhadores do campo e da cidade puderam se formar, se organizar e lutar por direitos humanos. Com o apoio das CEBs, surgem na cidade o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Essas três forças, Igreja, PT e CUT, são as principais interlocutoras, solidárias e apoiadoras no nascimento e desenvolvimento do MST até 1995, quando o Movimento começa a ganhar projeção política nacional e a expandir a sua base de apoio. Veremos como aparece a relação com a cidade nos momentos dos Congressos Nacionais do MST a partir de edições históricas do JST.

O I Congresso Nacional do MST foi realizado entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, em Curitiba-PR. Participaram cerca de 1.500 lavradores de 23 Estados. A cobertura do Congresso foi realizada na edição 42 do JST, de fevereiro de 1985, que destaca na capa a palavra de ordem “Sem Terra não há democracia”. No 1º Congresso Nacional foram propostos e aprovados os objetivos gerais de luta do MST, apresentado com pequenas modificações no Boletim da Educação no 2 (MST, 1993). Todos os itens mostram a consciência política do MST, mas destacamos três pontos centrais para a construção da hegemonia da classe trabalhadora: os itens 2, 6 e 7. O item 2 defende a construção do socialismo: “Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados”. O item 6 destaca a importância da formação

de lideranças e da construção de uma direção política: “Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores”. E o item 7 aponta o objetivo de articulação com os trabalhadores da cidade e da América Latina, evidenciando o caráter de classe e internacionalista da luta: “Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina”. Com mudanças históricas subsequentes, a articulação política que prevalece se desenvolve entre os movimentos camponeses da América Latina, sobretudo a partir do segundo milênio, com o recrudescimento do modelo agrícola perpetrado pelo agronegócio em nível global. A comunicação e socialização política com movimentos camponeses, principalmente aqueles organizados junto à Via Campesina, ocorre inclusive em espaços nacionais de formação do MST, como ENFF. Podemos afirmar que a articulação política com os trabalhadores da cidade é quase incipiente.

Em 1990, quando ocorre o II Congresso Nacional do MST, nos dias 8 a 10 de maio, em Brasília, o Movimento está vivendo o seu processo de institucionalização. A palavra de ordem definida foi: “Ocupar, resistir, produzir”, que mostra a intenção do Movimento em manter as ocupações como estratégia central da luta de massas, resistir à repressão dos grandes proprietários, à leniência do Estado e produzir para garantir a reprodução social das famílias camponesas. A edição 91 do JST, de janeiro/fevereiro de 1990, traz na capa reprodução de cartaz do II Congresso do MST e anuncia “MST rumo ao II Congresso Nacional”. O segundo subtítulo do editorial, depois de “Ocupar, resistir e produzir”, que explica os fundamentos da palavra de ordem, traz o título “Aliança operário-camponesa”. O MST declara que **o maior desafio na luta dos trabalhadores é a aliança campo-cidade**. E ressalta ser necessário sair do discurso e avançar com ações concretas, lutas conjuntas e

organizadas. Nesse momento histórico, o início dos anos 1990, a perspectiva da necessária aliança de classe entre campo e cidade se apresenta de maneira direta e taxativa, prenunciando as lutas da segunda metade da década de 1990.

O MST tem cada vez mais claro que a luta pela reforma agrária, a luta pela hegemonia dos trabalhadores, é indissociável da aliança de classe operário-camponesa, principalmente com o aumento da repressão ao Movimento. Adiante, o MST afirma que:

A articulação das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos é necessária para a classe trabalhadora fazer frente ao processo de espoliação ao qual estão submetidos todos os trabalhadores. A partir do nosso congresso será necessário juntarmos forças com os trabalhadores da cidade para que possamos enfrentar a situação econômica e darmos um passo a mais para o fortalecimento da luta pela reforma agrária (JST, no 91, janeiro/fevereiro de 1990).

Na próxima seção, destacaremos o período que se inicia em 1995, quando se intensificam as articulações políticas entre o MST e a cidade. ■

### 3.2 MST E A CIDADE: COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DE 1995 A 1999

---

**Como foi exposto, no início da década de 1990, há o aceno por parte do MST para a necessidade da articulação de classe entre os trabalhadores do campo e da cidade para enfrentarem os inimigos em comum e colocar em marcha as mudanças sociais, com destaque para a reforma agrária.**

O III Congresso Nacional do MST é um marco nessa articulação porque inaugura o período histórico, a segunda metade da década de 1990, de projeção do MST como ator de destaque na política nacional e de maior articulação política entre campo e cidade. A intensificação do diálogo entre o MST e a cidade, com outros movimentos sociais e trabalhadores urbanos, está ligada a três processos históricos que ocorrem durante a década de 1990 e que se interligam dialeticamente.

O crescimento do neoliberalismo como tendência econômica e política mundial, que se intensifica no Brasil e na América Latina neste período, acentuando o antagonismo entre capital e trabalho; contudo, a doutrina política neoliberal, que acentua a expropriação e exploração da classe trabalhadora, conseqüentemente fomenta alianças de classe e articulações políticas populares. O segundo processo histórico é a crise dos partidos políticos de esquerda como principais mediadores entre as demandas das classes populares e os projetos políticos, e como principais responsáveis pela construção da unidade entre teoria e prática política na organização da luta socialista. E, por fim, o crescimento do MST como referência de movimento social de esquerda no Brasil e na América Latina, que começa

a aglutinar em sua órbita movimentos sociais e trabalhadores também do espaço urbano, que passam a enxergar no MST uma referência de organização e formação política para fortalecer e encaminhar a luta socialista.

Outros importantes marcos de comunicação e socialização política com a classe trabalhadora urbana ocorrem na segunda metade da década de 1990. Em 1996, é lançado o *Manifesto ao Povo Brasileiro*; em 1997, acontece a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*; também em 1997, se dá a criação da Consulta Popular, movimento político que passa a encampar junto ao MST os debates e processos de formação política para a construção de um Projeto Popular para o Brasil. Entre fatos já mencionados, foram retumbantes para a projeção nacional e internacional do MST os massacres de Corumbiara, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, em 1996. Por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, o dia 17 de abril foi estabelecido como Dia Mundial da Luta Camponesa. Projetou o MST internacionalmente também o Projeto Terra, livro com fotos de Sebastião Salgado, textos de José Saramago, poesias de Chico Buarque, além de CD com letras e músicas também de Chico Buarque. O Projeto Terra fez parte de campanha que foi fundamental para financiar a construção da ENFF.

A edição 50 do JST, agosto de 1995, apresenta o balanço do 3º Congresso Nacional, realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho, em Brasília. Este Congresso de 1995, de fato, marca a trajetória do MST pelo posicionamento político que adota no diálogo com a cidade e o trabalhador urbano. A palavra de ordem já é indicativa do que viria nos próximos anos: “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Foi neste mesmo mês de julho, no dia 15, que ocorreu o massacre

de Corumbiara, que resultou na morte de nove Sem Terra e dois policiais. Este massacre não teve a mesma repercussão, tanto na mídia burguesa como no MST, que o massacre seguinte, de Eldorados dos Carajás. O editorial desta edição inicia reafirmando a luta do MST em construir um “Brasil justo e socialista”. O Movimento elenca cinco objetivos principais no 3º Congresso Nacional do MST. O primeiro é: “levar a reforma agrária para a opinião pública brasileira”. O MST valoriza a repercussão obtida por este Congresso nos meios de comunicação e os espaços abertos na mídia para a reforma agrária poder ser vista como uma luta de todos. O MST reafirma as mobilizações de massa como necessidade para alterar as correlações de forças e “defender os direitos da classe trabalhadora no campo e na cidade” (JST, no 150, agosto de 1995). Nesse momento se evidencia a assunção do protagonismo do MST ao encampar a luta da classe trabalhadora do campo e da cidade contra a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesta edição 150 do JST, nas páginas 10 e 11, seção Documentos, há duas cartas históricas, respectivamente: “CARTA AOS TRABALHADORES DO CAMPO” e “CARTA AO POVO DA CIDADE”. A missiva destinada ao espaço do campo tem como destinatário a própria militância do MST, já a missiva destinada ao espaço da cidade, tem como destinatário o “povo da cidade”, prioritariamente trabalhadoras e trabalhadores da cidade.

Os argumentos mostrados pelo MST para se realizar a reforma agrária são o retrato dos benefícios da reforma agrária clássica, o que ainda era viável nesse momento político e econômico: a distribuição de terras para gerar produtividade, renda e consumo no campo e na cidade, fortalecendo o mercado interno e as cidades do interior. É compreensível historicamente e socialmente, porém distante de uma proposta de aliança política entre os trabalhadores na luta pela



hegemonia popular.

Em 1997, ocorre o grande marco de mobilizações do MST, que o constitui como movimento de massas em comunicação e socialização política com outros setores da sociedade para lutar por transformações sociais que beneficiem a classe trabalhadora do campo e da cidade: a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. A edição 166 do JST, fevereiro de 1997, sinaliza o início da Marcha, que começou no dia 17 de fevereiro daquele ano. O Manifesto da Marcha exprime o caráter popular da manifestação. Destacamos o seguinte trecho: “Desta vez vamos à Brasília, mais de mil quilômetros caminhando, e conclamando a você: operário, estudante, dona de casa, professor, desempregado, sem casa, aposentado, a lutar pela construção de um novo Brasil” (JST, no 166, fevereiro de 1997, p. 11). O MST planejou verdadeira Campanha para a chegada do Movimento a Brasília. Todos chegando juntos ao Planalto Central em três grande colunas vindas de pontos diferentes do país. Ao chegarem a Brasília, planejaram o lançamento do CD do Chico Buarque e das fotos de Sebastião Salgado, do Projeto Terra, simultaneamente em todos os Estados do país.

A metodologia da marcha envolve romper o isolamento político dos movimentos populares provocado pelo governo FHC e promover o diálogo com a população por todas as cidades em que o MST vai marchando. O foco principal da marcha é esse processo de comunicação e socialização política que se realiza durante a travessia, erigindo elos populares e espaço/tempo político. O objetivo principal da marcha é “abrir canais de comunicação com a sociedade”. ■

### 3.3 MST E A CIDADE: COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DE 2000 A 2014

---

**O período entre o 4º e o 5º Congresso Nacional, entre 2000 e 2007, marca o momento das principais mudanças pelas quais passa o MST na história recente.** Podemos entender que no 4º Congresso, que outorgou a palavra de ordem “Por um Brasil Sem Latifúndio”, houve o último fôlego para a Reforma Agrária Clássica. Dali em diante, passam a se constituir as bases da Reforma Agrária Popular. O tema dos transgênicos entra em evidência e se fortalece nesse momento a proposta de um Projeto Popular para o Brasil. A terceira linha política reafirmada no 4º Congresso representa essas temáticas (JST, no 203, agosto de 2000).

Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro. Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc. Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo. Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.

O tema da sustentabilidade amiúde se intensifica. O tema da agroecologia aparece em matérias sobre a produção nos assentamentos desde 1994, mas,

na atualidade, a sustentabilidade proporciona novos contornos à luta camponesa. A linha política sete salienta as alianças políticas com a classe trabalhadora da cidade na perspectiva do Projeto Popular. “Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular”.

A principal diferença entre o 5º e o 6º Congresso, realizado no início de 2014, é que em 2007, o principal sentido era resolver o problema da fome e o acesso à terra, enquanto em 2014, o MST propõe uma plataforma política e econômica ao Brasil. Artigo “As contradições do “moderno” agronegócio”, de João Pedro Stédile, escrito para a edição 278 do JST, novembro e dezembro de 2007, evidencia as análises do MST sobre as mudanças da luta no campo, com o crescimento hegemônico do agronegócio. Neste artigo, João Pedro avalia que, com as mudanças econômicas dos últimos anos, não há mais espaço para a reforma agrária clássica. O inimigo se tornou mais forte e mais complexo, sendo composto por empresas transnacionais, fazendeiros capitalistas e instituições que dão sustentação jurídica e ideológica, o Estado, o poder judiciário e os meios de comunicação, o que torna a luta mais politizada. Essa é a base de debates que erige a proposta de Reforma Agrária Popular. Miguel Stédile<sup>9</sup>, da Direção Nacional do MST, explica o fundamento da Reforma Agrária Popular:

Não cabe a reforma agrária clássica.  
Então o que sobrou do MST? Acabou

o MST? Esse foi um debate que fizemos nos últimos sete anos. Então, qual é o patamar, qual a dimensão que a luta exige agora? A reforma agrária popular. Porque ela é popular? Porque ela não será mais feita. Veja, na medida em que a burguesia tolera a reforma agrária, vai ter setores da classe média, da pequena burguesia, que vão apoiar a reforma agrária. Na medida em que não há mais esse apoio, então do ponto de vista de classe, ela só interessa aos trabalhadores. Por isso ela é popular. Ela não será feita com o apoio, com a concordância e tolerância da burguesia. É popular, é dos trabalhadores. Mas ela é popular também porque ela não poderá ser feita unicamente pelos camponeses. Nós somos minoria na sociedade brasileira. Ela tem que ter necessariamente o apoio dos trabalhadores urbanos. Por isso também que ela é popular. E porque o trabalhador urbano e o trabalhador rural serão os maiores beneficiados. Isso que caracteriza a reforma popular. Ela interessa exclusivamente à classe trabalhadora. E ela é diametralmente oposta ao projeto do agronegócio. Portanto, qual é a tarefa da militância da base social no próximo período? É lutar para construir a reforma popular. Daí é que vem essa concepção. É o foco.

Durante os sete anos que dividem o 5º e o 6º Congresso Nacional, quando é definida a palavra de ordem “Lutar, construir Reforma Agrária Popular”, o MST passa por intensos debates até chegar à plataforma política da “Reforma Agrária Popular”. ■

---

[9] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

## **CONDIDERAÇÕES FINAIS**

**É um momento de impasse histórico ao MST. O caminho escolhido para sensibilizar a população e a classe trabalhadora é a alimentação. A proposta sustentável do MST se traduz na produção de alimentos saudáveis, com matriz agroecológica, para a população brasileira.** Em contraposição ao agronegócio, cuja matriz tecnológica, política e econômica privilegia a produção em larga escala para a produção de commodities agrícolas. O impasse está no desgastado tema da sustentabilidade, intensamente apropriado pelo mercado, e nos esforços comunicativos, políticos e ideológicos do MST. Ao mesmo tempo em que afirma no Programa Agrário (MST, 2014 a, p. 14) a necessidade de construir alianças entre os camponeses e a classe trabalhadora e que “a construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade”, o MST está com as forças voltadas para seu interior, para a organicidade do Movimento, fortalecimento da produção e da educação. À medida em que a espacialização do Movimento torna-se mais cerceada pela expansão do agronegócio e a hegemonia do bloco de poder no campo, a alternativa encontrada é mostrar que o projeto popular do MST funciona na prática, fortalecendo a produção. Contudo, a comunicação da matriz produtiva agroecológica e popular se perde com a mediação do mercado. O MST reconhece que a produção sustentável do Movimento não terá a mesma repercussão pública e midiática que tiveram as grandes lutas e marchas da segunda metade dos anos 1990. Mas, desde meados dos anos 2000, o MST insiste que sua maior contribuição para a sociedade é a produção de alimentos saudáveis, como mostra o editorial de

comemoração dos 25 anos do Movimento (JST, no 289, janeiro/fevereiro de 2009).

Pensamos que a saída para o impasse histórico entre a luta para produzir mais nos assentamentos e a luta para comunicar e articular a aliança com o trabalhador urbano, fundamental para a hegemonia popular, está na educação universalizante. Não somente da base do MST, mas a formação política desenvolvida a partir da pedagogia, comunicação e socialização política da classe trabalhadora em espaços estratégicos como a ENFF. ■

[PABLO NABARRETE BASTOS]

É coordenador e professor do curso de Comunicação Social-Publicidade e Propaganda da UNINOVE. Doutor em Ciências da Comunicação, linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, pela ECA-USP. Publicou capítulos de livros, artigos e participou de congressos, seminários, encontros e grupos de pesquisa sobre comunicação, cultura, comunicação alternativa, culturas populares e política.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BACCEGA, M.A. e CITELLI, A.O. Retórica da manipulação: os sem terra nos jornais. Revista de Comunicações e Artes. São Paulo (20) 23-29 de abril, 1989.

BARBOSA, Alexandre. A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica. Doutorado – Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes (ECA), São Paulo, 2013.

BARRETO, Helena Martins do R.; NUNES, Márcia Vidal. Das ideias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas. In: XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Marcha dialética do MST: formação política entre campo e cidade. 2015. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-29062015-151022/>>. Acesso em: 2016-02-11.

BERGER, C. Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais, as relações entre o Movimento Sem Terra e há Zero Hora. 1996. 326 f. Tese (Doutorado) em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes. Universidade São Paulo, São Paulo.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CUNHA, Joana Tavares Pinto da. De Boletim a Jornal Sem Terra: Histórias, práticas e papel na constituição do MST. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DEBORD, Gui. Sociedade do espetáculo. eBookLibris, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREDERICO, Celso. Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. Estudos Avançados, São Paulo, 2013.

FREDERICO, Celso. Teatro, comunicação, pedagogia: notas sobre Brecht. Revista Comunicação & Educação, Ano XV, Número 1, jan/abr 2010, pp. 35-44.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1990.

MST. Manual de Redação para os veículos do MST. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2010.

MST, Setor Nacional de Comunicação do. DOCUMENTOS BÁSICOS DA ATUAÇÃO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO. Brasília, 2004.

NUNES, M. V.; MENEZES, A. S.; CARVALHO, A. G.. Auto-imagem do MST na “Revista sem Terra”: a Guerra Simbólica através da Mídia. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO; 2009. Curitiba, Anais... Curitiba: Positivo, 2009.

OLIVEIRA, Catarina Farias de e COGO, Denise. “De primeiro, a gente lembrava...” - Comunicação e interação de moradores do Assentamento Itapuí-RS com o Movimento Sem Terra. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife. Anais... Recife: Intercom, 2011.

OLIVEIRA, Catarina Farias de. “TERRA PARA ROSE” E AS MARCAS DE UMA GERAÇÃO: Os procedimentos da etnografia no assentamento Itapuí/RS. In: XXI Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Anais... Minas Gerais: Compós, 2012.

PAIERO, D. C.. A construção da imagem pública do MST por meio da criação de fatos noticiáveis. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Positivo, 2009.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.